

5. Justiça Federal

Nesta seção, serão analisadas as informações dos Tribunais Regionais Federais (TRFs). Os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o disposto no art. 4.º da Resolução CNJ n. 76/2009.

A Justiça Federal é composta pelos Tribunais Regionais Federais e por juízes federais e é competente para processar e julgar as causas em que a União, suas entidades autárquicas e empresas públicas federais figurem como interessadas na condição de autor ou réu, além de outras questões de interesse da federação previstas no art. 109 da Constituição Federal¹.

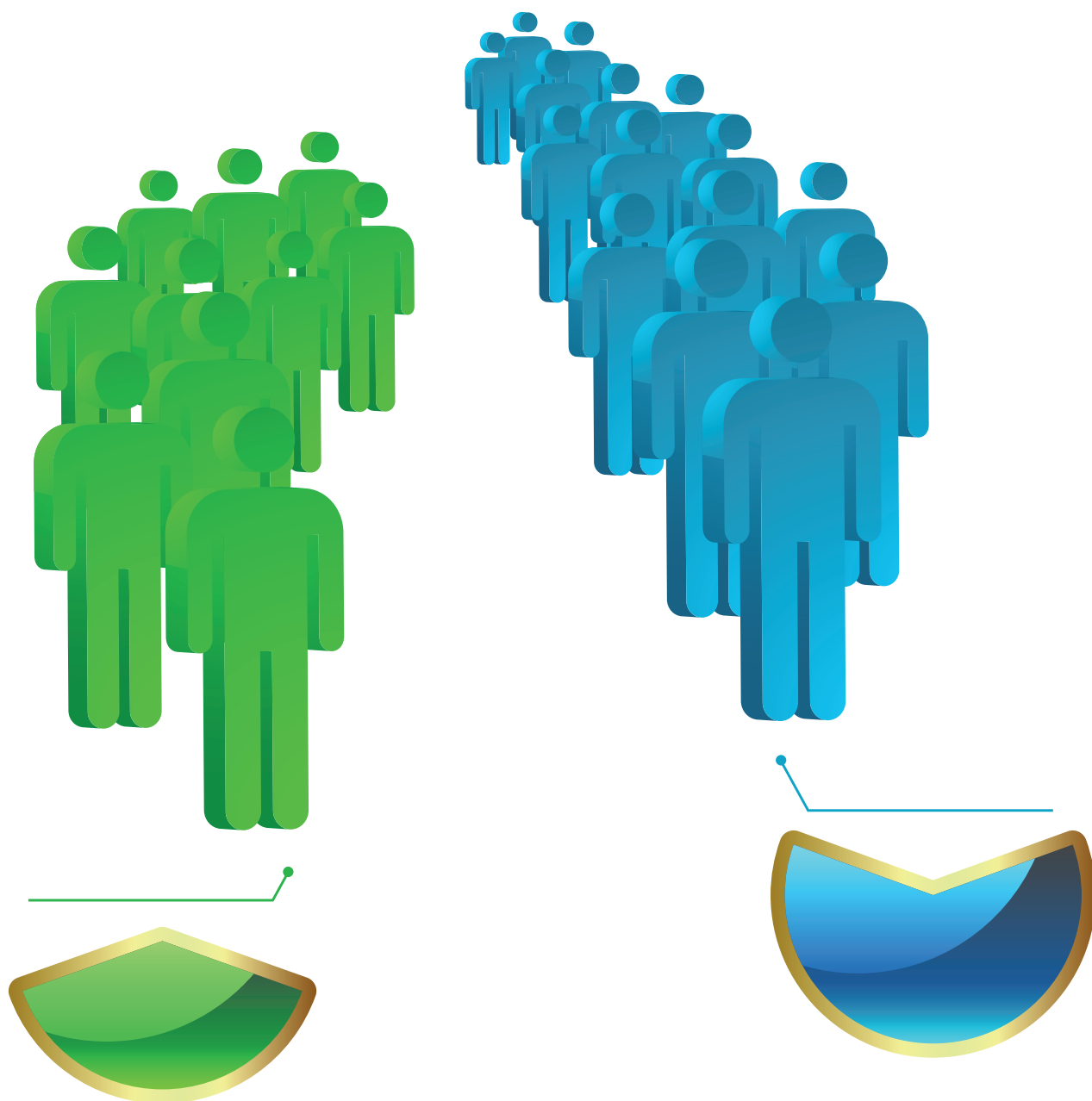
A primeira instância é composta por juízes federais que atuam em varas federais ou nos Juizados Especiais Federais (JEFs). Os JEFs são competentes para processar e julgar causas de até 60 salários mínimos e feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo, cabendo recurso de suas decisões para as Turmas Recursais Federais e para Turma Nacional de Uniformização.

A segunda instância é formada pelos TRFs, cuja jurisdição encontra-se distribuída em cinco regiões judiciárias com abrangência em todo o território nacional, havendo sedes em Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Recife/PE. Cada região é dividida em seções judiciárias que abrangem os respectivos estados componentes, assim organizadas:

- 1.ª Região: Acre, Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Distrito Federal;
- 2.ª Região: Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- 3.ª Região: São Paulo e Mato Grosso do Sul;
- 4.ª Região: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; e
- 5.ª Região: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

Os TRFs têm competência para processar e julgar, em grau de recurso, as sentenças proferidas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal e possuem, ainda, competência originária para processar e julgar ações de mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* contra ato de juiz federal, bem como ações rescisórias, revisões criminais e conflitos de competência.

¹ As informações referentes à estrutura da Justiça Federal foram retiradas do sítio Portal da Justiça Federal, disponível em <http://www.jf.jus.br/cjf> e acesso em agosto de 2013.



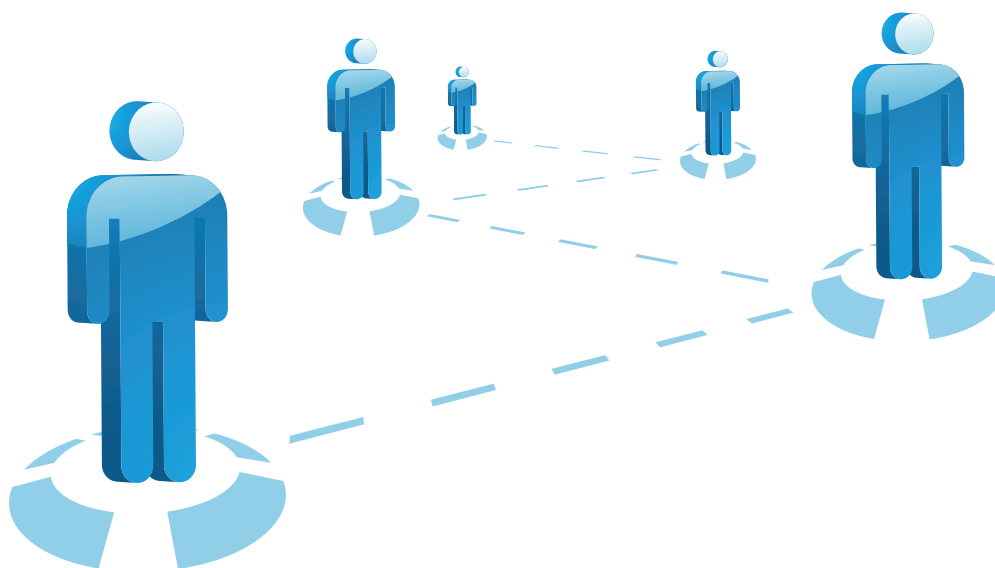
5.1 Infográficos

A seguir, apresentam-se os infográficos, na seguinte ordem: variáveis relacionadas às despesas e força de trabalho e indicadores de magistrado, produtividade e, por fim, os de movimentação processual.

Em relação à tabela de quantitativo de magistrados, em que os dados estão apresentados de forma consolidada e por instância, a soma das instâncias pode diferir do total, tendo em vista que há casos em que o mesmo juiz pode acumular função em primeiro grau e nos JEFs ou em primeiro grau e nas Turmas Recursais, ou, ainda, em JEFs e Turmas Recursais.

Todos os valores monetários de 2009 a 2011 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dezembro 2012.

Por se tratar de um índice, a variação do percentual de despesas e a variação da taxa de congestionamento são preferencialmente analisadas em termos absolutos, em pontos percentuais.



Tribunal Regional Federal

1ª Região

(DF, AC, AP, AM, BA, GO, MA, MT, MG, PA, PI, RO, RR e TO)



Orçamento

R\$ 2.025.728.980 (0,16% PIB)
 ↑ Δ 0,4% > 2011

O aumento de 52,3% com despesa em informática foi o maior da Justiça Federal.



Bens/Serviços
 R\$ 214.053.925
 ↑ Δ 7,0% > 2011



Recursos Humanos
 R\$ 1.811.675.054
 ↓ Δ -0,3% < 2011



Informática
 R\$ 52.912.839
 ↑ Δ 52,3% > 2011






Ativos
 R\$ 1.461.875.435
 ↓ Δ -4,0% < 2011






Inativos
 R\$ 215.039.494
 ↑ Δ 0,9% > 2011



Força de Trabalho








		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	26	↓ -3,7%
1º Grau	397	↓ -15,7%
Turmas Recursais	63	↓ -37,6%
Juizados Especiais	86	↑ 13,2%
Total Magistrados	539	↓ -9,3%

Apesar do aumento em 2012, o total de servidores diminuiu 42,44% nos últimos quatro anos.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	7.077	↑ 4,7%
Cedidos	214	↓ -13,7%
Requisitados	722	↑ 3,6%
Sem Vínculo Efetivo	54	↑ 12,5%
Terceirizados	nd	
Estagiários	nd	
Total Servidores	7.639	↑ 5,3%








nd: não disponível

Indicadores por Magistrado

							
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)	
2º Grau	23.312	↑ 9,6%	3.186	↑ 47,1%	4.090	↑ 33,2%	
1º Grau	4.057	↑ 24,8%	481	↑ 23,5%	1.083	↑ 56,6%	
Turmas Recursais	5.793	↑ 78,0%	1.406	↑ 46,4%	1.492	↑ 70,9%	
Juizados Especiais	nd		nd		nd		
Turma Uniformização	54	-10,1%			30	57,2%	
TRF1	6.735	↑ 14,0%	1.001	↑ 11,6%	2.179	↑ 29,8%	







nd: não disponível

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	Conhecimento	Execução
2º Grau	77,0%	↑ Δ 16,49	80,7%	↓ Δ -3,59	não se aplica		
1º Grau	156,9%	↑ Δ 38,69	72,4%	↓ Δ -5,59	33,4%		87,7%
Turmas Recursais	74,9%	↓ Δ -2,13	72,9%	↑ Δ 1,47	não se aplica		
Juizados Especiais	nd		47,1%	↓ Δ -5,36	47,1%		nd
Turma Uniformização	123,3%	↑ Δ 37,65	43,5%	↓ Δ -24,18	não se aplica		
TRF1	127,6%	↑ Δ 17,00	66,3%	↓ Δ -4,11	43,0%		nd

A partir de 2010, a taxa de congestionamento começa a apresentar queda, com redução de 4,11 pontos percentuais em 2012.

Movimentação Processual

										
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado	
2º Grau	413.163	↑ 5,7%	138.176	↑ 0,8%	82.828	↑ 41,7%	106.349	↑ 28,3%	444.990	
1º Grau	1.283.038	↑ 6,6%	273.937	↓ -0,6%	190.906	↑ 4,1%	429.781	↑ 32,0%	1.127.194	
Turmas Recursais	221.376	↑ 14,0%	125.594	↑ 9,6%	88.597	↓ -8,7%	94.018	↑ 6,6%	252.952	
Juizados Especiais	646.762	↓ -4,7%	382.633	↑ 2,3%	177.246	↓ -8,6%	544.146	↑ 8,8%	485.249	
Turma Uniformização	406	↓ -21,8%	343	↑ 9,2%			423	↑ 57,2%		
Total	2.564.745	↑ 3,9%	920.683	↑ 2,1%	539.577	↑ 1,3%	1.174.717	↑ 17,8%	2.310.711	

Análise da série histórica

A despesa total do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) sofreu discreto aumento em 2011 (0,4%), o que pode ser explicado por dois fatores: de um lado, houve ligeiro decréscimo da despesa com recursos humanos (em 0,3%), causada, principalmente, pela diminuição em 4,0% da despesa com pessoal ativo; por outro lado, houve aumento das despesas com bens e serviços em 7,0%, mas que se concentraram, substancialmente, no aumento de despesa com informática, que cresceu 52,3%.

Apesar da diminuição das despesas com recursos humanos, houve aumento da força de trabalho (5,3%), interrompendo-se a tendência dos anos anteriores de forte queda. Deve-se destacar, também, a grande diminuição no quantitativo de magistrados em todas as instâncias do TRF1, principalmente nas Turmas Recursais (que tiveram diminuição de 37,6% seu total de magistrados), tendo como exceção apenas os Juizados Especiais Federais (JEFs), que, em 2011, sofreram forte queda de 24,8% e agora passam a se recompor com aumento de 13,2%.

A carga de trabalho dos magistrados sofreu aumento significativo no ano de 2012, causado pelo aumento na quantidade de casos novos e pendentes em conjunto com a redução no número de magistrados. Houve, também, maior esforço dos juízes em aumentar a quantidade de processos julgados (1,3%) e baixados (17,8%) no período.

O estoque do TRF1 deu início ao ano de 2012 com aumento de 3,9%, mas tem como estimativa uma queda em torno de 9,9%, tendo em vista o grande aumento de processos baixados (em 17,8%). Essa movimentação implicou queda na taxa de congestionamento de 70,4% para 66,3%, ou seja, em 4,1 pontos percentuais (p.p.), de 2011 para 2012.

Por fim, é importante ressaltar que grande parte da taxa de congestionamento do TRF1 diz respeito à execução extrajudicial do primeiro grau, mais especificamente à execução fiscal, que possui taxa de congestionamento de 89%.

Tribunal Regional Federal

2ª Região

(RJ e ES)



Orçamento

R\$ 1.177.212.063 (0,21% PIB)

↓ Δ -0,7% < 2011

A queda da despesa total deve-se, especialmente, à redução de R\$ 8,4 milhões nas despesas com recursos humanos.



Bens/Serviços

R\$ 93.002.540

↓ Δ -0,1% < 2011



Recursos Humanos

R\$ 1.084.209.523

↓ Δ -0,8% < 2011



Informática

R\$ 50.580.860

↑ Δ 4,3% > 2011



Ativos

R\$ 860.731.481

↓ Δ -2,0% < 2011






Inativos

R\$ 151.890.397




↓ Δ -0,9% < 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	27	0,0%
1º Grau	140	↓ -2,8%
Turmas Recursais	14	↑ 7,7%
Juizados Especiais	77	↑ 6,9%
Total Magistrados	240	↑ 5,3%







Aumento da força de trabalho em 2012 em todas as formas de contratação, à exceção dos servidores comissionados sem vínculo que obtiveram baixa de cinco servidores.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	4.366	↑ 3,3%
Cedidos	117	↑ 17,0%
Requisitados	219	↑ 21,0%
Sem Vínculo Efetivo	32	↓ -13,5%
Terceirizados	1.584	↑ 4,4%
Estagiários	1.143	↑ 19,1%
Total Servidores	7.227	↑ 6,0%

Indicadores por Magistrado










						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	4.906	↓ -3,2%	2.292	↓ -2,6%	2.178	↑ 2,3%
1º Grau	6.459	↑ 1,2%	795	↑ 3,3%	1.105	↑ 3,0%
Turmas Recursais	9.347	↓ -2,4%	3.089	↓ -27,9%	2.095	↓ -37,7%
Juizados Especiais	4.113	↓ -16,4%	1.507	↓ -13,9%	2.226	↓ -11,9%
Turma Uniformização	6	↑ 1,4%			5	↓ -1,4%
TRF2	6.184	↓ -8,1%	1.385	↓ -11,3%	1.726	↓ -10,1%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	110,2%	↑ Δ0,24	42,8%	↓ Δ-3,09	não se aplica	
1º Grau	131,6%	↑ Δ15,59	82,4%	↓ Δ-0,33	67,0%	87,0%
Turmas Recursais	63,9%	↓ Δ-25,79	72,6%	↑ Δ14,74	não se aplica	
Juizados Especiais	133,3%	↑ Δ8,26	44,6%	↓ Δ-2,90	48,7%	27,8%
Turma Uniformização	101,5%	↓ Δ-13,51	6,8%	↑ 2,68	não se aplica	
TRF2	119,9%	↑ Δ4,67	70,4%	↑ Δ0,53	56,9%	82,2%

No primeiro grau, houve estabilidade da taxa de congestionamento (redução de 0,3 ponto percentual), com aumento da taxa na fase de conhecimento e redução na fase de execução.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	49.497	↓ -8,4%	53.347	↑ 2,0%	61.886	↓ -2,6%	58.812	↑ 2,3%	44.032
1º Grau	764.017	↓ 0,0%	117.539	↓ -11,7%	111.303	↑ 0,5%	154.736	↑ 0,1%	726.820
Turmas Recursais	61.033	↑ 11,2%	45.914	↓ -5,8%	43.251	↓ -22,3%	29.329	↓ -32,9%	77.618
Juizados Especiais	180.678	↓ -10,0%	128.572	↓ -11,6%	116.011	↓ -7,9%	171.374	↓ -5,8%	137.876
Turma Uniformização	6	↓ -50,0%	67	↑ 11,7%			68	↓ -1,4%	
Total	1.055.231	↓ -1,7%	345.439	↓ -9,0%	332.451	↓ -6,6%	414.319	↓ -5,3%	986.351

Análise da série histórica

A despesa total do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) vem diminuindo ano a ano, em ritmo desacelerado, gerando queda acumulada desde 2009 de 4,8%, proveniente, principalmente, da queda na despesa com recursos humanos (-6%).

O aumento no total de servidores no último ano (6%) deve-se ao crescimento da força de trabalho auxiliar que consiste de estagiários (variação de 19,1%) e de terceirizados (variação de 4,4%), além do leve crescimento dos servidores efetivos (variação de 3,3%). Já o aumento de magistrados (5,3%) foi impacto de nova distribuição na primeira instância do TRF2, que passou a contar com mais juízes exclusivos de primeiro grau, de JEFs e de Turmas Recursais, com redução no número de magistrados que acumulavam duas ou mais dessas funções. No segundo grau, o quantitativo de desembargadores segue o mesmo desde 2009.

A carga de trabalho por magistrado diminuiu (-8,1%) em praticamente todas as instâncias, menos no primeiro grau, que teve crescimento sutil de 1,2%. Houve, também, diminuição no quantitativo de sentenças por magistrado (11,3%), com exceção, também, do primeiro grau, que teve aumento de 3,3%. Desse modo, tais variações sinalizam mais para a distribuição de magistrados que propriamente alterações na produtividade. Com isso, apesar de ter havido diminuição de casos novos (-9%), houve também queda no quantitativo de sentenciados (-6,6%) e de baixados (-5,3%), revelando-se possibilidade do aumento do estoque no próximo ano.

A taxa de congestionamento do TRF2 sofreu pequenas oscilações nos últimos anos (de aumento de 4,2 p.p. em 2010 e queda de 2,3 p.p. em 2011), mas apresentou maior estabilidade no último ano, com crescimento de meio p.p., estabilidade que se refletiu na análise desta taxa nos diversos tipos de processos.

Tribunal Regional Federal

3ª Região

(SP e MS)



Orçamento

R\$ 1.646.621.529 (0,11% PIB)
 ↓ Δ -1,5% < 2011

A redução de R\$ 24,5 milhões (1,5%) nas despesas totais deve-se à queda de R\$ 12,2 milhões nas despesas com RH (0,8%) e de R\$ 12,3 milhões com bens e serviços (7,8%).



Bens/Serviços
 R\$ 145.433.186
 ↓ Δ -7,8% < 2011



Recursos Humanos
 R\$ 1.501.188.343
 ↓ Δ -0,8% < 2011



Informática
 R\$ 63.589.052
 ↑ Δ 3,3% > 2011






Ativos
 R\$ 1.234.387.941
 ↓ Δ -1,2% < 2011






Inativos
 R\$ 158.595.075
 ↑ Δ 0,2% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	37	↓ -7,5%
1º Grau	211	↓ -4,1%
Turmas Recursais	15	↓ -50,0%
Juizados Especiais	61	↓ -9,0%
Total Magistrados	339	↑ 2,1%






O aumento de 22,2% na força de trabalho refere-se ao acréscimo de 2.015 servidores, dos quais 1.948 foram contratados como terceirizados ou estagiários.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	6.139	↑ 1,3%
Cedidos	89	↑ 25,4%
Requisitados	75	↑ 25,0%
Sem Vínculo Efetivo	17	↓ -37,0%
Terceirizados	2.470	↑ 64,1%
Estagiários	2.477	↑ 65,8%
Total Servidores	11.089	↑ 22,2%

Indicadores por Magistrado











							
		Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau		17.420	↑ 2,9%	7.058	↑ 4,9%	6.940	↑ 23,9%
1º Grau		9.162	↑ 2,9%	1.548	↑ 21,5%	2.507	↑ 22,4%
Turmas Recursais		22.457	↑ 144,4%	5.776	↑ 147,2%	4.820	↑ 153,5%
Juizados Especiais		6.577	↓ -7,5%	3.212	↓ -5,0%	3.673	↑ 0,6%
Turma Uniformização		4	↓ -6,0%			2	↓ -53,3%
TRF3		9.781	↓ -4,2%	2.567	↑ 0,7%	3.192	↑ 8,6%

Indicadores de Produtividade

						Taxa de Congestionamento	
		Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau		163,2%	↑ Δ34,02	52,9%	↓ Δ-8,46	não se aplica	
1º Grau		178,4%	↑ Δ47,78	72,2%	↓ Δ-4,44	49,1%	77,6%
Turmas Recursais		78,1%	↑ Δ15,34	76,6%	↓ Δ-1,14	não se aplica	
Juizados Especiais		138,0%	↓ Δ-9,65	42,5%	↓ Δ-5,09	42,5%	nd
Turma Uniformização		65,1%	↓ Δ-8,05	64,1%	↑ Δ36,39	não se aplica	
TRF3		152,7%	↑ Δ26,69	65,6%	↓ Δ-4,17	45,7%	77,6%

Houve redução da taxa de congestionamento no segundo grau, nas Turmas Recursais e ainda, nas fases de conhecimento e execução do primeiro grau e dos Juizados Especiais Federais.

Movimentação Processual

										
		Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau		388.356	↓ -4,6%	157.304	↓ -9,3%	261.131	↓ -3,0%	256.777	↑ 14,6%	288.883
1º Grau		1.604.244	↑ 1,5%	296.445	↓ -14,0%	326.655	↑ 16,6%	528.942	↑ 17,4%	1.371.747
Turmas Recursais		216.685	↑ 30,8%	92.522	↑ 1,9%	86.643	↑ 23,6%	72.300	↑ 26,7%	236.907
Juizados Especiais		227.392	↓ -24,5%	162.385	↓ -2,0%	195.940	↓ -13,5%	224.039	↓ -8,4%	165.738
Turma Uniformização		35	↑ 3400,0%	43	↓ -47,6%			28	↓ -53,3%	
Total		2.436.712	↓ -0,7%	708.699	↓ -8,5%	870.369	↑ 2,9%	1.082.086	↑ 10,8%	2.063.325

Análise da série histórica

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), a despesa total vem sofrendo pequenas oscilações e acumulou redução de 2,6% desde 2009. Comparativamente ao produto interno bruto (PIB) da região, o índice pouco variou, passando de 0,13% em 2009 para 0,11% em 2010 e mantendo-se neste patamar até 2012. Os constantes aumentos com despesa em informática (de 8,7% em 2010, 15,7% em 2011 e 3,3% em 2012) e o aumento no quadriênio da despesa com bens e serviços (de 16,6%) não foram, portanto, suficientes para alterar significativamente a despesa total, já que a queda acumulada de 4,1% nas despesas com recursos humanos foi mais significativa em termos absolutos (R\$ 64,6 milhões de redução em quatro anos).

Apesar da queda na despesa com recursos humanos no último ano em 0,8%, houve grande aumento do total de servidores no TRF3 (22,2%), despontado pelo incremento na força de trabalho auxiliar, especificamente estagiários (65,8%) e terceirizados (64,1%). Quanto às variações na quantidade de magistrados, deve-se atentar para o aumento no quantitativo total (2,1%) em contrapartida à diminuição em todas as instâncias (4,1% no primeiro grau, 7,5% no segundo, 9,0% nos juizados e 50% nas Turmas Recursais). Isso deve-se à alteração na distribuição dos magistrados no TRF3, o que aumentou a quantidade de magistrados com atuação exclusiva no primeiro grau, nos JEFs e nas Turmas Recursais, com redução daqueles que anteriormente acumulavam duas ou mais dessas funções.

O aumento no quantitativo total de magistrados fez que a carga de trabalho por magistrado desacelerasse no último ano (queda de 4,2%). Ao mesmo tempo, devem-se destacar os altos índices de produtividade dos magistrados de primeiro grau e das Turmas Recursais, que, no quadriênio, aumentaram o quantitativo de sentenças por magistrado em 134,7% e 353%, respectivamente. Todo esse esforço refletiu na diminuição da taxa de congestionamento no último ano (4,2%), que ocorreu em todas as instâncias, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.

Tribunal Regional Federal

4ª Região

(RS, PR e SC)



Orçamento

R\$ 1.412.421.412 (0,19% PIB)
 ↓ Δ -1,3% < 2011

A despesa com recursos humanos teve queda de 7,5% desde 2009.



Bens/Serviços
 R\$ 105.360.844
 ↑ Δ 1,7% > 2011



Recursos Humanos
 R\$ 1.274.131.764
 ↓ Δ -2,0% < 2011



Informática
 R\$ 58.561.441
 ↑ Δ 4,3% > 2011






Ativos
 R\$ 1.087.894.095
 ↓ Δ -2,7% < 2011






Inativos
 R\$ 117.761.158
 ↑ Δ 1,6% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	26	↑ 4,0%
1º Grau	228	↓ -5,0%
Turmas Recursais	12	↓ -63,6%
Juizados Especiais	234	↑ 11,4%
Total Magistrados	359	↓ -5,3%

Houve redução de 12 magistrados de primeiro grau e de 21 de Turmas Recursais, entretanto houve aumento de 24 magistrados nos Juizados Especiais Federais.








		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	5.083	↑ 0,7%
Cedidos	8	↓ -27,3%
Requisitados	10	↓ -28,6%
Sem Vínculo Efetivo	6	↓ -14,3%
Terceirizados	1.362	↑ 2,1%
Estagiários	1.300	↑ 1,7%
Total Servidores	7.753	↑ 1,1%

Indicadores por Magistrado

							
		Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau		10.709	↑ 0,2%	5.493	↓ -6,4%	4.769	↑ 2,6%
1º Grau		4.575	↑ 5,0%	735	↑ 5,4%	856	↑ 4,8%
Turmas Recursais		30.210	↑ 225,1%	13.537	↑ 257,2%	9.905	↑ 332,1%
Juizados Especiais		nd		nd		nd	
Turma Uniformização		323	↑ 66,7%			147	↑ 80,4%
TRF4		6.162	↑ 6,6%	2.138	↑ 5,4%	1.979	↑ 7,3%











nd: não disponível

Indicadores de Produtividade

							
		Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	Conhecimento Execução
2º Grau		100,7%	↑ Δ8,22	41,8%	↓ Δ-1,82	não se aplica	
1º Grau		99,7%	↑ Δ9,60	80,4%	↑ Δ0,08	57,8%	91,1%
Turmas Recursais		102,5%	↑ Δ36,22	65,7%	↓ Δ-9,59	não se aplica	
Juizados Especiais		nd		48,4%	↑ Δ2,89	48,4%	nd
Turma Uniformização		69,8%	↓ Δ-8,72	54,4%	↓ Δ-3,46	não se aplica	
TRF4		101,1%	↑ Δ8,27	65,9%	↓ Δ-0,49	52,0%	nd

O aumento dos baixados e a redução dos casos novos ocasionou queda de meio ponto percentual na taxa de congestionamento.

Movimentação Processual

										
		Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau		89.777	↑ 11,8%	123.190	↓ -2,0%	142.830	↓ -2,7%	124.006	↑ 6,7%	88.961
1º Grau		799.795	↑ 2,7%	195.745	↓ -10,1%	167.485	↑ 0,1%	195.072	↓ -0,5%	800.468
Turmas Recursais		231.010	↑ 20,0%	115.942	↑ 1,6%	162.438	↑ 29,9%	118.859	↑ 57,1%	228.093
Juizados Especiais		259.219	↓ -5,7%	265.806	↓ -9,8%	294.613	↓ -10,5%	270.964	↓ -12,7%	254.061
Turma Uniformização		1.121	↑ 24,8%	2.106	↑ 102,9%			1.470	↑ 80,4%	
Total		1.380.922	↑ 4,0%	702.789	↓ -6,7%	767.366	↓ -0,1%	710.371	↑ 1,6%	1.373.340

Análise da série histórica

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) vem reduzindo sua despesa total ao longo de todos os anos desde 2009 (totalizando 5,9%) e atingiu R\$ 1,4 bilhão em 2012, o que representa 0,19% do PIB dos estados da Região Sul. Neste último ano, a principal causa desta diminuição relaciona-se à queda da despesa com recursos humanos que, apesar de relativamente pequena (2%), em termos absolutos causou forte impacto, já que esta despesa representa 90,2% de todos os gastos do TRF4.

O total de servidores aumentou sutilmente no último ano (1,1%) como reflexo do também leve aumento de servidores efetivos (0,7%) e da força de trabalho auxiliar (1,9%). A equipe de trabalho do TRF4 é formada predominantemente por servidores efetivos (66%), com baixo quantitativo de requisitados e de comissionados sem vínculo (0,1%). Já de modo não tão tênue pode-se perceber a diminuição do quantitativo de magistrados (5,3%) com ênfase nos magistrados de primeiro grau (5%) e nos de Turmas Recursais (63,6%), mas com aumento nos JEFs (11,4%), especificamente, na forma de magistrados exclusivos que não acumulam função em outros órgãos.

Em conjunto com a redução dos magistrados, houve também pequeno aumento no total de processos em tramitação (em 0,2%), o que ocasionou, portanto, crescimento na carga de trabalho na ordem de 6,6%. O aumento ocorreu de forma mais expressiva nas Turmas Recursais, que passaram de 9.292 processos para 30.210 processos por magistrado de 2011 para 2012, tendo em vista a redução de 33 para 12 magistrados atuantes nas turmas.

Quanto à movimentação processual, percebe-se a diminuição na quantidade de casos novos (6,7%) e o aumento no total de processos baixados (1,6%), o que ocasionou redução da taxa de congestionamento em 0,5 p.p.

Por fim, as taxas de congestionamento sofreram sutis alterações, destacando-se a queda deste indicador no segundo grau e nas Turmas Recursais (em 1,8 e 9,6 p.p., respectivamente), entretanto com aumento nas varas e nos JEFs.

Tribunal Regional Federal

5ª Região

(SE, AL, PE, RN, CE e PB)



Orçamento

R\$ 894.145.903 (0,27% PIB)

↑ Δ 0,4% > 2011

As despesas com bens e serviços registraram queda de 19,6% em 2012.



Bens/Serviços

R\$ 61.436.489

↓ Δ -19,6% < 2011



Recursos Humanos

R\$ 817.999.238

↑ Δ 1,4% > 2011



Informática

R\$ 33.594.474

↓ Δ -17,5% < 2011



Ativos

R\$ 646.548.312

↓ Δ -0,2% < 2011



Inativos

R\$ 97.538.574

↓ Δ -3,0% < 2011










Força de Trabalho

Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	14	↓ -6,7%
1º Grau	166	↑ 12,2%
Turmas Recursais	30	↑ 11,1%
Juizados Especiais	49	↑ 53,1%
Total Magistrados	237	↑ 16,2%






Houve aumento de 35 magistrados nas serventias judiciais, com acréscimo de 18 (12,2%) no primeiro grau e 17 (53,1%) nos Juizados Especiais Federais.

Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	3.107	↑ 6,6%
Cedidos	86	↑ 3,6%
Requisitados	693	↑ 3,6%
Sem Vínculo Efetivo	35	↓ -2,8%
Terceirizados	1.380	↑ 5,1%
Estagiários	842	↑ 5,5%
Total Servidores	5.971	↑ 5,7%

Indicadores por Magistrado











							
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)	
2º Grau	10.506	↓ -5,8%	3.198	↑ 6,7%	3.010	↑ 14,0%	
1º Grau	2.774	↓ -6,5%	766	↓ -9,2%	799	↑ 5,7%	
Turmas Recursais	7.213	↑ 3,7%	2.225	↓ -31,5%	2.652	↑ 25,1%	
Juizados Especiais	7.139	↓ -39,7%	5.154	↓ -34,3%	5.279	↓ -27,2%	
Turma Uniformização	3	↓ -56,1%			0		
TRF5	4.953	↓ -13,9%	2.073	↓ -16,8%	2.165	↑ 0,2%	

Indicadores de Produtividade

						Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução	
2º Grau	119,2%	↑ Δ11,29	65,3%	↓ Δ-6,04	não se aplica		
1º Grau	159,4%	↑ Δ38,21	70,0%	↓ Δ-3,39	43,3%	75,9%	
Turmas Recursais	100,6%	↑ Δ22,86	62,4%	↓ Δ-5,72	não se aplica		
Juizados Especiais	108,0%	↑ Δ19,03	25,3%	↓ Δ-12,93	25,3%	nd	
Turma Uniformização	0	↓ Δ-56,10	100,0%	↑ Δ34,85	não se aplica		
TRF5	117,4%	↑ Δ22,25	54,3%	↓ Δ-6,16	28,6%	75,9%	

Houve redução acentuada em 34,3% na produtividade dos magistrados, que passou, no último ano, de 7.839 sentenças por magistrado para 5.154, o menor índice aferido desde 2009.

Movimentação Processual

										
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado	
2º Grau	86.139	↓ -15,2%	35.351	↓ -3,7%	44.777	↓ -0,5%	42.145	↑ 6,4%	79.345	
1º Grau	359.579	↑ 9,4%	83.202	↓ -9,8%	127.217	↑ 1,8%	132.655	↑ 18,6%	310.126	
Turmas Recursais	132.239	↑ 25,2%	79.072	↑ 7,4%	66.752	↓ -23,8%	79.558	↑ 39,0%	131.753	
Juizados Especiais	106.706	↓ -7,0%	239.406	↓ -8,2%	252.527	↑ 0,7%	258.671	↑ 11,4%	87.441	
Turma Uniformização	-		29	↓ -29,3%			-			
Total	684.663	↑ 5,2%	437.060	↓ -5,7%	491.273	↓ -3,4%	513.029	↑ 16,4%	608.694	

Análise da série histórica

Após passar por algumas oscilações no período entre 2009 a 2011, a despesa total do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) cresceu sutilmente, em 0,4%, em 2012 e atingiu R\$ 894 milhões, o que representa 0,27% do PIB dos estados abrangidos pela 5ª Região (SE, AL, PE, RN, CE e PB). O aumento de 1,4% nas despesas com recursos humanos, em R\$ 11,6 milhões, foi compensado pelo acentuado decréscimo nas despesas com bens e serviços, que diminuíram quase R\$ 15 milhões, influenciado também pela queda de 17,5% nos gastos com informática.

A força de trabalho total cresceu 19,6% no quadriênio, como reflexo do aumento ocorrido em diversas formas de contratação (21,7% nos efetivos, 49,7% nos requisitados e de 10,4% na força de trabalho auxiliar). Apenas a quantidade dos servidores comissionados sem vínculo foi reduzida da composição da força de trabalho (em 16,7% no quadriênio). O aumento também pode ser percebido no quantitativo de magistrados, que teve maior pico no último ano (aumento de 16,2%) como reflexo, principalmente, do aumento dos magistrados em primeiro grau (12,2%) e dos juizados (53,1%). Por consequência desse aumento, percebeu-se diminuição dos indicadores de produtividade por magistrado, com ênfase naqueles indicadores relativos aos juizados, em que a carga de trabalho por magistrado diminuiu 39,7% e as sentenças por magistrado, 34,3%.

Em relação à movimentação processual, constatou-se diminuição da quantidade de casos novos (5,7%) e aumento de processos baixados (16,4%), o que ocasionou redução da taxa de congestionamento em 6,2 p.p. A diminuição desse indicador ocorreu sob diferentes ângulos, com destaque para os processos de conhecimento do primeiro grau e dos JEFs (com diminuição de 18,5 p.p. e 12,9 p.p., respectivamente), mas com aumento nas execuções judiciais do primeiro grau (crescimento de 34,6 p.p.).

Justiça Federal



Orçamento

R\$ 7.156.129.887

↓ Δ -0,6% < 2011

Os gastos totais foram reduzidos em 0,6%, reflexo da queda nas despesas com recursos humanos (0,6%) e também com bens e serviços (1,8%).



Bens/Serviços

R\$ 619.286.985

↓ Δ -1,8% < 2011



Recursos Humanos

R\$ 6.489.203.922

↓ Δ -0,6% < 2011



Informática

R\$ 259.238.666

↑ Δ 7,3% > 2011



Ativos

R\$ 5.291.437.264

↓ Δ -2,3% < 2011






Inativos

R\$ 740.824.697




↓ Δ 0,0% < 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	130	↓ -3,0%
1º Grau	1.142	↓ -6,6%
Turmas Recursais	134	↓ -34,3%
Juizados Especiais	507	↑ 10,9%
Total Magistrados	1.714	↓ -1,3%







Apenas os Juizados Especiais Federais contaram com mais magistrados em 2012, com redução no segundo grau, no primeiro grau e nas Turmas Recursais.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	25.772	↑ 3,1%
Cedidos	514	↑ 0,2%
Requisitados	1.719	↑ 6,0%
Sem Vínculo Efetivo	144	↓ -7,1%
Terceirizados	6.796	↑ 19,9%
Estagiários	5.762	↑ 27,2%
Total Servidores	39.679	↑ 8,8%

Indicadores por Magistrado











							
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)	
2º Grau	13.913	↑ 2,3%	4.565	↑ 4,9%	4.524	↑ 16,5%	
1º Grau	5.212	↑ 8,1%	809	↑ 14,1%	1.262	↑ 24,6%	
Turmas Recursais	10.534	↑ 75,7%	3.341	↑ 56,5%	2.941	↑ 86,4%	
Juizados Especiais	5.709	↑ 22,3%	3.019	↑ 23,3%	3.498	↑ 37,5%	
Turma Uniformização	65	↑ 39,0%			31	↑ 60,9%	
Justiça Federal	6.894	↑ 1,5%	1.751	↑ 1,0%	2.272	↑ 11,1%	

Indicadores de Produtividade

						 Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução	
2º Grau	115,9%	↑ Δ16,83	61,7%	↓ Δ-4,95	não se aplica		
1º Grau	149,1%	↑ Δ32,59	75,1%	↓ Δ-3,29	48,4%	83,6%	
Turmas Recursais	85,8%	↑ Δ13,01	70,2%	↓ Δ-1,95	não se aplica		
Juizados Especiais	123,3%	↑ Δ11,52	43,5%	↓ Δ-4,26	43,9%	27,8%	
Turma Uniformização	76,9%	↓ Δ-3,67	52,1%	↓ Δ-6,52	não se aplica		
Justiça Federal	125,0%	↑ Δ16,54	65,3%	↓ Δ-3,09	45,5%	78,6%	

Melhora em todos os indicadores de desempenho, tanto de forma global quanto por instância, com aumento da produtividade, dos baixados por magistrado e dos baixados por caso novo, associada à redução da taxa de congestionamento.

Movimentação Processual

										
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado	
2º Grau	1.026.932	↓ -0,7%	507.368	↓ -3,4%	593.452	↑ 1,8%	588.089	↑ 13,0%	946.211	
1º Grau	4.810.673	↑ 3,3%	966.868	↓ -9,1%	923.566	↑ 6,6%	1.441.186	↑ 16,4%	4.336.355	
Turmas Recursais	862.343	↑ 21,0%	459.044	↑ 3,9%	447.681	↑ 2,8%	394.064	↑ 22,4%	927.323	
Juizados Especiais	1.420.757	↓ -9,5%	1.178.802	↓ -5,0%	1.036.337	↓ -8,0%	1.469.194	↑ 0,0%	1.130.365	
Turma Uniformização	1.568	↑ 7,8%	2.588	↑ 68,6%			1.989	↑ 60,9%		
Total	8.122.273	↑ 1,9%	3.114.670	↓ -4,8%	3.001.036	↓ -0,4%	3.894.522	↑ 9,7%	7.342.421	

Justiça Federal: Panorama Geral

A Justiça Federal é o único ramo do Poder Judiciário que conseguiu reduzir suas despesas ao longo da série histórica. Essa redução é um reflexo especialmente das despesas com recursos humanos que está diminuindo ano após ano, fenômeno registrado em todos os cinco TRFs. Apesar da redução nos gastos totais, as despesas com bens e serviços cresceram 13%, e as despesas com informática, 21%. O número de servidores também caiu, registrando-se 759 funcionários a menos (2%), com aumento de 2.600 efetivos e redução de 2.032 requisitados e de 1.329 terceirizados, o que indica que a Justiça Federal priorizou a manutenção do quadro próprio de servidores do tribunal, entretanto, a força de trabalho auxiliar (estagiários e terceirizados) ainda é muito expressiva e representa 32% do total de servidores. O quantitativo de magistrados apresentou queda pelo segundo ano consecutivo e passou de 1.853 para 1.714 entre 2010 e 2012.

Outro aspecto da Justiça Federal refere-se à sua capacidade de retornar recursos financeiros aos cofres públicos pela forma de arrecadação. As receitas, que somaram R\$ 9 bilhões em 2012, superaram em 26% as despesas totais da Justiça (R\$ 7 bilhões), embora tenham apresentado fortes oscilações no período de 2009 a 2012, tanto de forma global quanto na análise de cada tribunal.

Associada à redução de custos e da força de trabalho está também a demanda pela Justiça, que, após sofrer oscilações de 2009 a 2011, registrou queda de 5% em 2012. Apesar disso, os magistrados conseguiram produzir mais que nos anos anteriores, com índice de sentenças por magistrado em 1.751, o que gerou aumento no indicador em 5% com relação a 2009 e aumento de 11% no total de sentenças proferidas e de processos baixados.

Com o aumento da quantidade de sentenças e de processos baixados e a redução dos casos novos, é natural que o resultado seja uma queda na taxa de congestionamento, que atingiu 65% em 2012, em todas as instâncias. O índice de baixados por caso novo também apresentou desempenho satisfatório, com crescimento de 16,5 p.p. e atingiu o patamar de 125%.

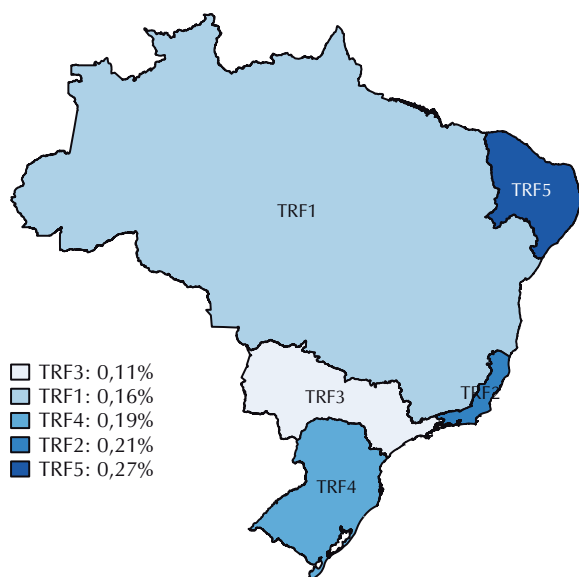
Dessa forma, conclui-se que a Justiça Federal apresentou, em 2012, um cenário positivo, com redução de recursos financeiros e humanos associada ao aumento da produtividade e dos indicadores de desempenho.

5.2 Territorialização da Informação

O objetivo da visualização territorial é apresentar dados e indicadores referentes às despesas, força de trabalho e litigiosidade em formato de mapas. Os resultados são diferenciados por cores, em que cada Tribunal Regional Federal (TRF) é colorido com uma tonalidade, sendo que o tom mais claro apresenta o menor valor de indicador e o tom mais escuro representa o maior.

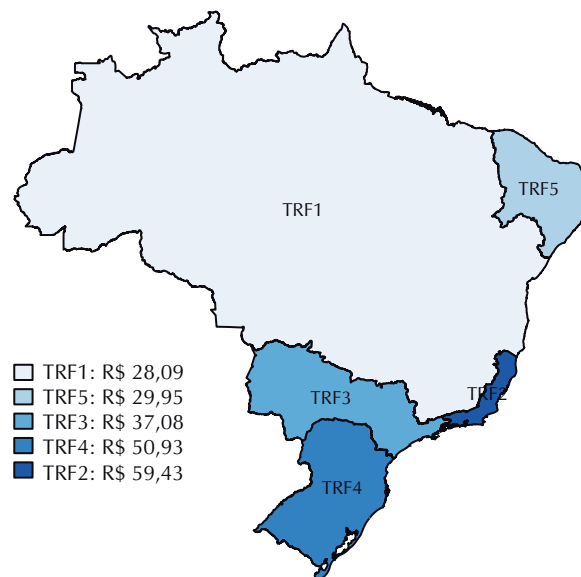
A análise territorial, no caso da Justiça Federal, tem muitos limites, considerando as diferenças dos Estados que formam as bases territoriais dos TRFs. O TRF1 é o mais representativo dessa questão, sua jurisdição engloba quase 80% do território nacional, sendo constituída tanto por estados com áreas de urbanização territorial consolidadas quanto por grandes vazios sociais, econômicos e demográficos. As características comuns que constroem o conceito de região não se aplicam, na maioria dos casos, ao cenário que constitui a divisão territorial da Justiça Federal:

Despesa Total da Justiça em Relação ao PIB



A despesa total da Justiça Federal vem diminuindo ano após ano, o que gerou queda acumulada desde 2009² ao se alcançarem R\$ 7,16 bilhões de reais no ano de 2012, o que representa 0,16% do PIB nacional. Comparando-se com a série histórica, verifica-se decréscimo de 2,2% desde 2009 e 0,6% em relação ao ano de 2011. De acordo com o mapa acima, destaca-se o TRF3 com gasto de 0,11% em relação ao PIB: o menor da Justiça Federal desde o ano de 2009, ano em que esse tribunal apresentou percentual de 0,13% em relação ao PIB da região. Em contrapartida, apesar de o TRF5 apresentar a menor despesa em valores absolutos da Justiça Federal, possui, desde o ano de 2009, o maior percentual de gasto em relação ao PIB (0,30% em 2009 e 0,27% no ano de 2012).

Despesa Total da Justiça por Habitante



Ao se analisar a despesa total por habitante, de um lado, percebe-se que o TRF1 apresenta, desde o ano de 2009, o menor indicador da Justiça Federal, mantendo-se quase que constante ao longo dos anos, passando de R\$ 28,37 no ano de 2009 para R\$ 28,09 em 2012. De outro lado, o TRF2 aparece com o maior indicador da Justiça Federal desde o ano de 2009 (R\$ 63,40), mas com seguidas quedas nesse mesmo indicador, atingindo R\$ 59,43 por habitante no ano de 2012, valor 60% acima da média da Justiça. A despesa total por habitante da Justiça Federal está sofrendo uma redução gradativa desde o ano de 2010, passando de R\$ 38,34 para R\$ 36,90 por habitante no ano de 2012. O indicador correspondente ao TRF2 certamente reflete a realidade encontrada, em especial, no estado do Rio de Janeiro. Quando considerado o contingente populacional e os fatores econômicos dos Estados que constituem a área de abrangência do referido tribunal, esta afirmação fica evidente. O estado do Rio de Janeiro responde por aproximadamente 82% do contingente populacional e 84% do PIB do TRF2.

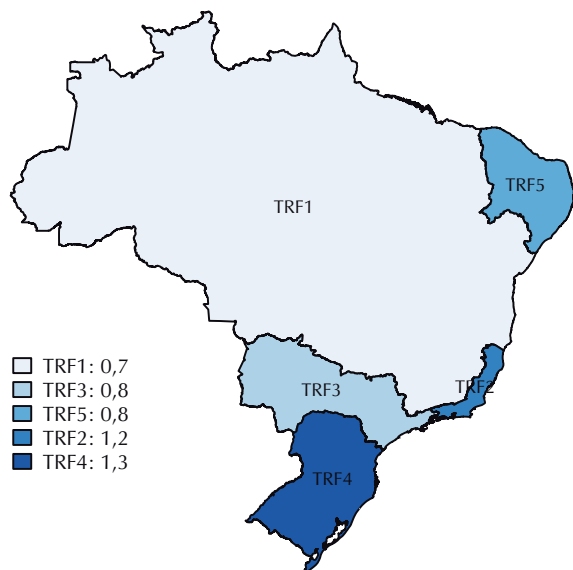
O aumento de 95 magistrados (6%) trouxe reflexos expressivos nos JEFs (inclusão de 122 magistrados, 32%) e nas Turmas Recursais (redução de 54 magistrados, 29%). No segundo grau, no primeiro grau e nas Turmas Regionais de Uniformização, as variações foram baixas, com queda de 6%, 1% e 7%, respectivamente, desde 2009.

Como se pode observar no mapa, é possível identificar que o TRF1, o TRF3 e o TRF5 possuem número de magistrados por 100 mil habitantes bastante próximos, com, respectivamente, 0,75, 0,76 e 0,79. Entretanto, ao se analisar a série histórica desde o ano de 2009, percebem-se oscilações nos indicadores desses tribunais, sendo os menores e os maiores observados em suas séries históricas, respectivamente: 0,52 no ano de 2009 e 0,83 em 2011 para o TRF1; 0,75 em 2011 e 1,07 em 2010 para o TRF3; e 0,67

2 Todos os valores monetários de 2009 a 2011 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA de dezembro de 2012.

em 2009 e 0,79 em 2012 para o TRF5. O TRF2 e o TRF4 sempre apresentaram indicador superior a 1,15 magistrado por 100 mil habitantes, sendo o maior indicador verificado no TRF4 no ano de 2011, com 1,38 magistrado por 100 mil habitantes. O indicador correspondente ao TRF1 não irá se destacar quando comparado aos desempenhos dos demais tribunais, por agregar Estados com distintas características.

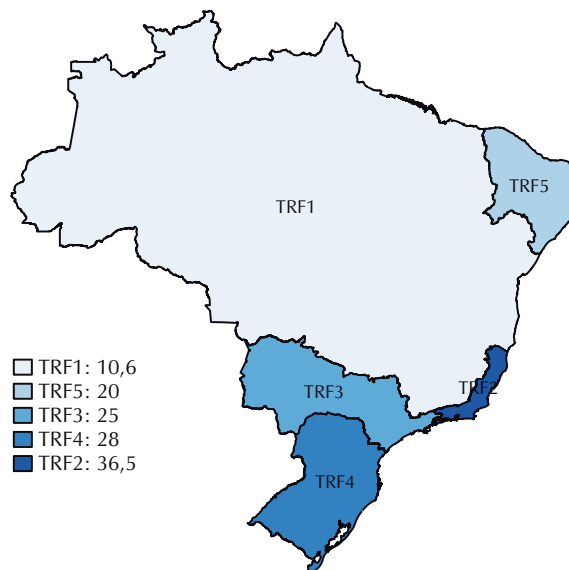
Magistrados por 100.000 Habitantes



O total de servidores apresentou leve queda de 2% no último quadriênio e houve redistribuição na forma de contratação, com aumento de 11% no quantitativo dos servidores efetivos, redução de 73% no dos requisitados do Poder Judiciário e redução de 16% no de terceirizados. As despesas com recursos humanos correspondem a mais de 90% do total gasto pela Justiça Federal, entretanto, observa-se redução gradativa desse quantitativo desde o ano de 2009, tendo passado de R\$ 6,8 bilhões em 2012 para R\$ 6,5 bilhões no ano de 2012, observada nos cinco tribunais. O elevado montante gasto com recursos humanos fica evidenciado ao se compararem os mapas da despesa total e o mapa de servidores por cem mil habitantes, que se comportam de maneira bastante similar, com o TRF1 apresentando o menor indicador e o TRF2, o maior. Houve aumento no quantitativo de servidores em todos os TRFs entre os anos de 2011 e 2012, atingindo-se o total de 39.679 servidores. Esse aumento foi superior ao crescimento populacional do período e proporcionou, consequentemente, aumento no indicador de servidores por cem mil habitantes. Os extremos, ou seja, o maior e menor valor do indicador, foram verificados no TRF2 e no TRF1, com, respectivamente, 36,5 e 10,6 servidores para cada cem mil habitantes. Os indicadores do TRF4 correspondentes ao total de magistrados e de servidores por cem mil habitantes apresentam-se acima da média. Esses resultados podem ser reflexo da maior uniformidade regional constante na jurisdição do TRF4. Entre todos os TRFs, o da 4ª Região é o único que está em sua totalidade inserido na Região Político-Administrativa Sul como também na Região Geo-econômica Centro-Sul. As similaridades entre as Unidades da Federação que compõem esse tribunal, aliadas aos relevantes indicadores

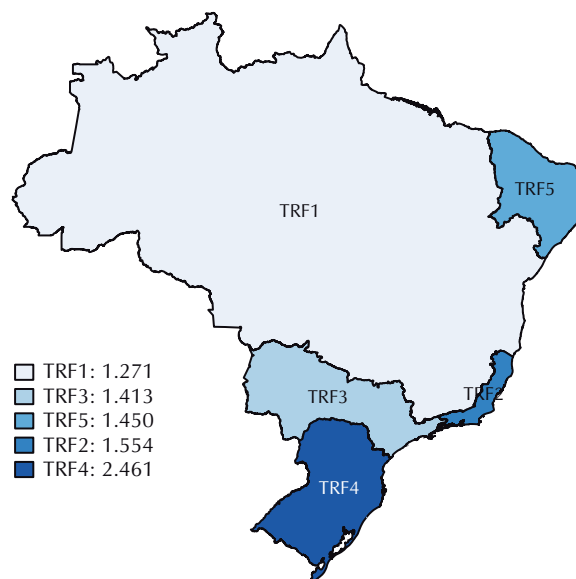
sociais, acabam por favorecer que o TRF4 assuma papel relevante nessas variáveis³.

Total de Servidores por 100.000 Habitantes



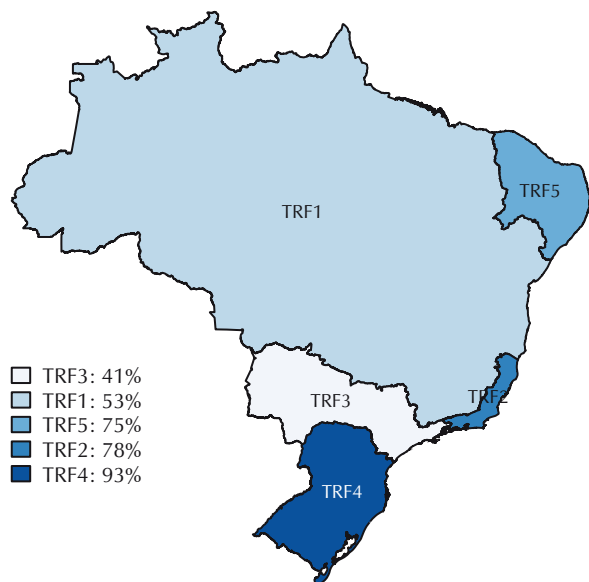
No ano de 2012, o total de casos novos da Justiça Federal apresentou queda de 4,8% em relação ao ano anterior. Somente o TRF1 apresentou aumento de 2,1%, sendo que os demais apresentaram redução entre 5,7% e 9%. O total de casos novos da Justiça Federal no ano de 2012 foi de aproximadamente 3,1 milhões. Comparando-se os casos novos com o número de habitantes, conforme o mapa ao lado, verifica-se que o comportamento dos tribunais é similar aquele apresentado no mapa magistrados/100 mil habitantes. O TRF1 aparece com o menor indicador e o TRF4, com o maior.

Casos Novos por 100.000 Habitantes



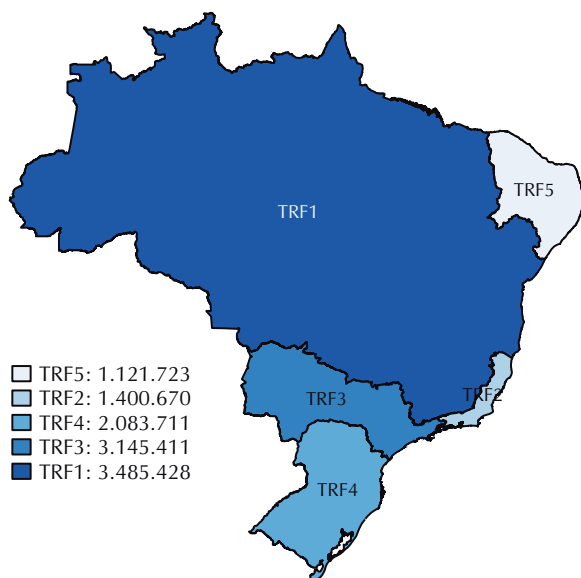
3 Na esfera político-administrativa, os estados que compõem a região Sul estão no grupo dos estados que possuem os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs, 2010) mais relevantes do País.

Índice de Processos Eletrônicos



O índice de processos eletrônicos ingressados na Justiça Federal no ano de 2012 foi de 65%, percentual que se tem mantido entre 64% e 70% dentro da série histórica, com algumas oscilações no período entre 2009 e 2012, sendo que, no último ano, apontou redução de 1 p.p. Isso significa que, entre os quase três milhões de casos novos, 1,9 milhão foram protocolizados de forma eletrônica. O tribunal que apresentou melhor desempenho foi o TRF4 que, com 93% dos casos novos eletrônicos, se manteve com o maior percentual da Justiça Federal durante todo quadriênio. Em contrapartida, o pior índice foi aferido no TRF3, que, com 41% de casos novos eletrônicos, se encontra como o único TRF com menos de 50% de processos eletrônicos.

Processos que tramitaram

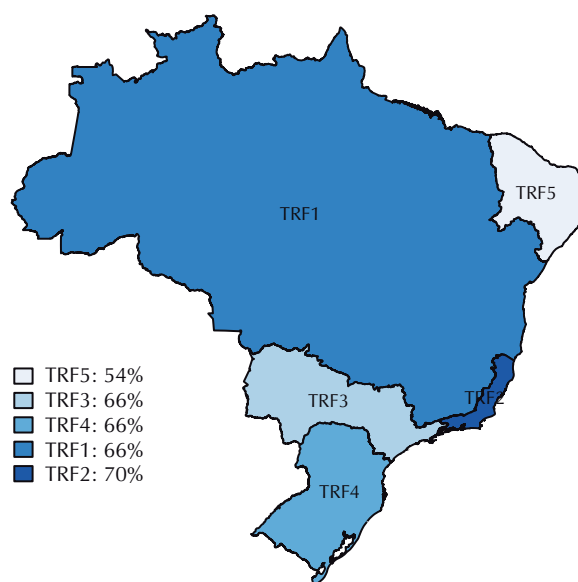


Adicionando-se, na análise dos casos novos, os processos pendentes de baixa, verifica-se que tramitaram na Justiça Federal cerca de 11,2 milhões de processos, dos quais 59% foram do TRF1 (31%) e do TRF3 (28%). Comparando-se com a tramitação verificada no ano de 2011, observou-se que houve aumento no TRF1 (3,4%), no TRF4

(0,2%) e no TRF5 (0,7%), enquanto o TRF2 e o TRF3 reduziram esse quantitativo em, respectivamente, 3,6% e 2,6%, contribuindo para a redução em 0,1% no total em tramitação da Justiça Federal no ano de 2012.

Ao se calcular o total de processos em tramitação por magistrado, verifica-se que a carga de trabalho caiu pouco em relação a 2009 (0,5%), passou por oscilações neste período, mas registrou aumento no último ano. Ao passo que no segundo grau, a taxa de congestionamento cresceu em 22%, passou de 11.396 para 13.913 processos por desembargador entre 2009 e 2012, o inverso ocorreu na primeira instância. Representando a soma do primeiro grau e dos Juizados Especiais, registrou-se queda de 8% no período (de 6.391 para 5.897 processos). Houve aumento na produtividade tanto de forma global, quando por instância, com incremento médio de 79 sentenças por magistrado, o que equivale a uma produção de 5% a mais.

Taxa de congestionamento



A taxa de congestionamento caiu em 2 p.p.⁴ no quadriênio, e esse resultado positivo foi alcançado na primeira e na segunda instância, à exceção das Turmas Recursais, em que se registrou aumento de 3 p.p. A queda na taxa de congestionamento foi reflexo da redução de 4,2% nos casos novos, associada ao aumento de 10,9% nos baixados.

O TRF5 apresentou o menor quantitativo de processos em tramitação no ano de 2012 e também a menor taxa de congestionamento da Justiça Federal (54%). Apesar de o TRF2 ter apresentado a segunda menor tramitação, com redução em relação ao ano de 2011, sua taxa de congestionamento foi a maior do ramo no ano de 2012, com cerca de 70%.

Apenas o TRF2 apresentou crescimento na taxa de congestionamento em relação ao ano de 2011. Destacam-se o TRF1, o TRF3 e o TRF5 que apresentaram, no ano de 2012, a menor taxa desde 2009.

4 Por se tratar de um índice, a variação da taxa de congestionamento é preferencialmente analisada em termos absolutos, em pontos percentuais.

Ao se analisar a taxa de congestionamento subdividida entre as fases de conhecimento e execução, percebe-se grande disparidade. A Justiça Federal apresenta taxa de congestionamento de 78,6% na fase de execução e 45,5% de conhecimento na primeira instância (primeiro grau e JEFs). O problema da execução será destacado em sessão específica a seguir.

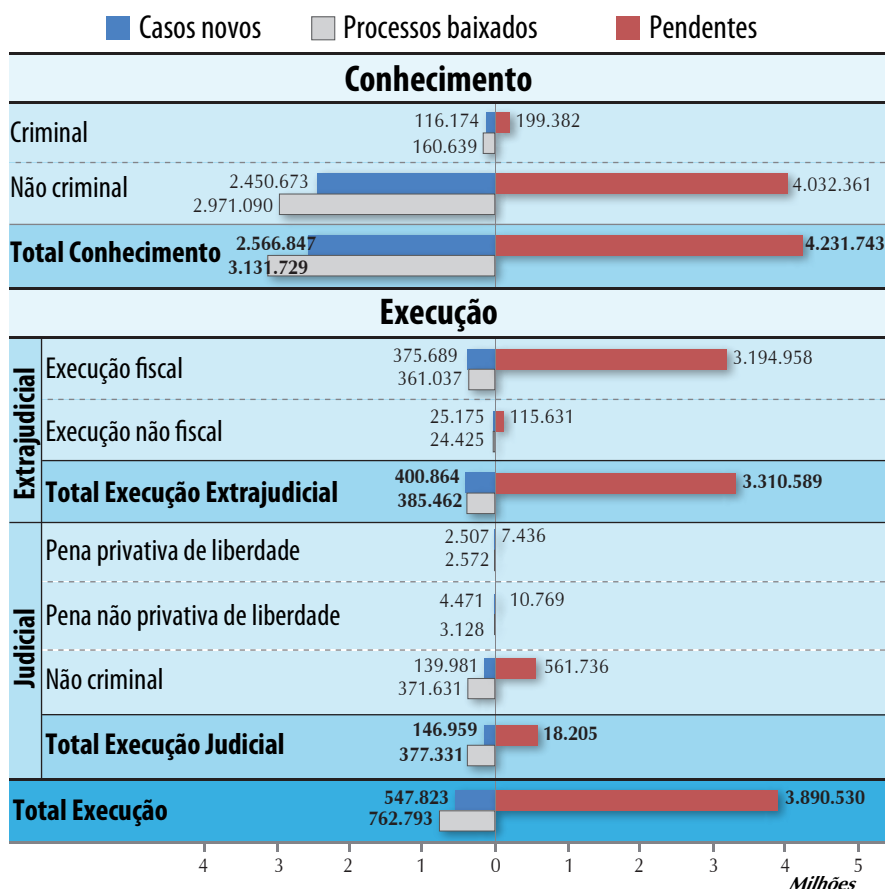
5.3 Impacto da Execução

Esta seção pretende analisar com maior atenção o impacto da execução sobre a movimentação e a litigiosidade nos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

As variáveis referentes à litigiosidade são fornecidas pelos tribunais de modo desagregado desde o ano de 2009, de modo a permitir a diferenciação do comportamento dos casos novos, pendentes, baixados e sentenças criminais dos não criminais na fase de conhecimento. Essa abertura também tornou possível diferenciar as execuções judiciais penais, não penais e de títulos executivos extrajudiciais, conforme poderá ser visto no gráfico a seguir⁵. Destaca-se a dificuldade de baixar processos de execução, tendo em vista que somam 47,9% dos casos pendentes de baixa, enquanto o percentual de casos novos nessa fase é de apenas 17,6%. Essa disparidade é fruto, especialmente, do forte impacto que possui a execução fiscal nos casos pendentes, já que representa 39,3% de todo o estoque e, ainda, 82,1% dos casos pendentes de execução.

Entretanto, há tendência de redução do estoque para o próximo ano, pois todos os tribunais baixaram mais processos que o quantitativo ingressado, tanto na fase de conhecimento, quanto na execução, sendo o resultado final a baixa de aproximadamente 34% a mais em relação aos ingressados na fase de conhecimento e 75% a mais na fase de execução.

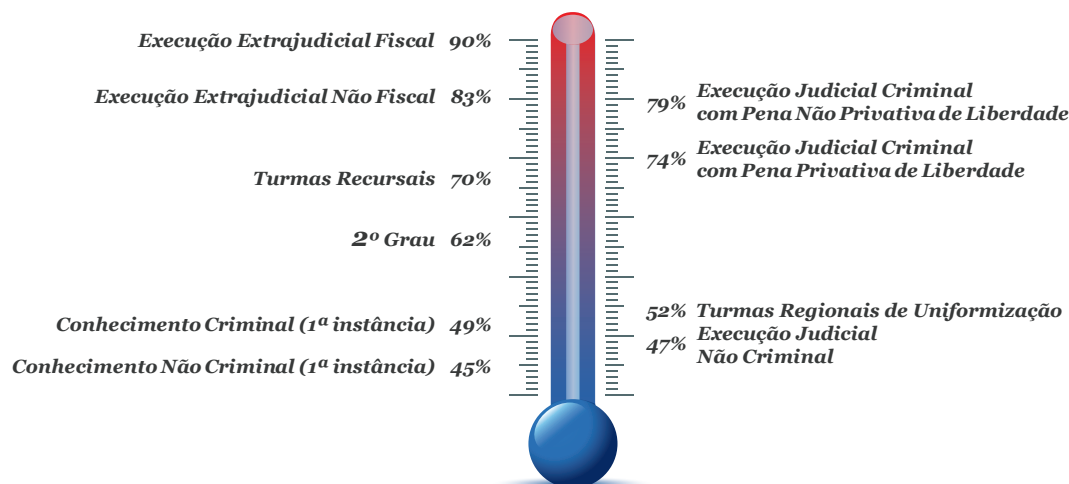
Movimentação Processual da Justiça Federal



Os processos de conhecimento em tramitação são, em sua grande maioria, os não criminais (93,2%) e, pela segunda vez consecutiva na série histórica, a taxa de congestionamento relacionada a esses processos ultrapassou a dos criminais (49,3% e 45,2% respectivamente). Essas taxas são as menores desde o ano de 2009, sendo reflexo do grande esforço empreendido na baixa dos processos, que chegou a aumentar 18,3% desde o último ano, em conjunto com as reduções dos casos novos (-6,6%) e pendentes (-2,5%) nesse período.

⁵ No gráfico, o conhecimento inclui a soma do segundo grau, das Turmas Recursais, das Turmas Regionais de Uniformização e da fase de conhecimento do primeiro grau e dos Juizados Especiais Federais.

Termômetro da taxa de congestionamento



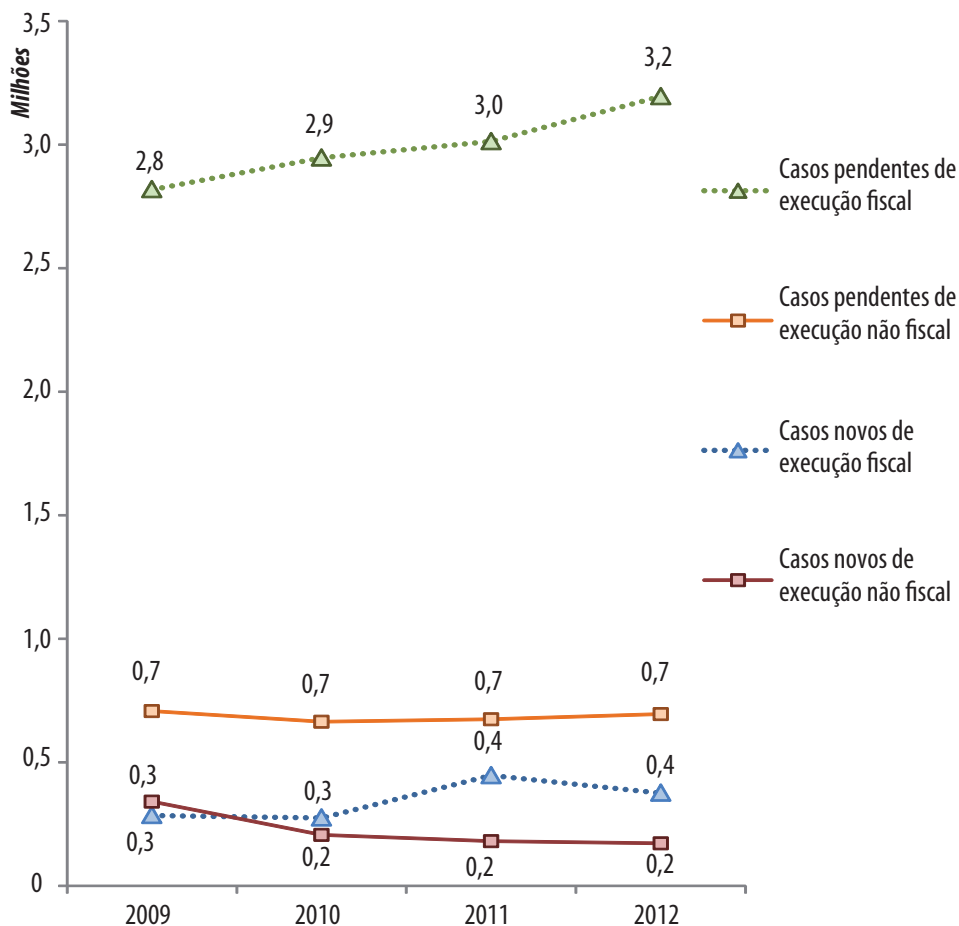
Com relação aos processos de execução, verifica-se que o grande gargalo encontra-se nos processos extrajudiciais fiscais, pois, dos 4,4 milhões de processos em tramitação na fase de execução da Justiça Federal no ano de 2012, aproximadamente 3,6 milhões (80%) correspondem às execuções fiscais. Destaca-se, também que, enquanto esses processos são responsáveis por 17,5% do total de casos novos da primeira instância da Justiça Federal, seus casos pendentes representam consideráveis 51,3% do estoque total da primeira instância. Tal indicador deverá permanecer alto no próximo ano, já que o quantitativo de casos novos de processos de execução de título extrajudicial fiscal ultrapassa em 14.652 o total de processos baixados dessa classe. Tais fatores refletem-se na taxa de congestionamento de 90% dos processos de execução fiscal, o que significa que apenas 10% do total desses processos em tramitação foram baixados no ano de 2012.

Em seguida, as maiores taxas de congestionamento são verificadas na fase de execução de título executivo extrajudicial não fiscal (83%), judicial criminal com pena não privativa de liberdade (79%) e com pena privativa de liberdade (74%), entretanto tramitaram, nessas ações, apenas 6,5% do total em tramitação na primeira instância da Justiça Federal. Destaca-se a taxa de congestionamento de 47% dos processos de execução judicial não criminal, valor bem inferior às demais taxas de congestionamento aferidas na execução e próximo aos valores da fase de conhecimento.

A tendência é que haja redução do estoque da Justiça Federal, uma vez que o número de processos baixados na fase de conhecimento foi 34,4% superior ao de casos novos no ano de 2012, devido aos processos de conhecimento não criminais, além de a quantidade de processos baixados na fase de execução ter sido 39,2% superior à de casos novos, número esse influenciado pelas baixas dos processos de execução judicial não criminal, que superaram em 156,8% os casos novos.

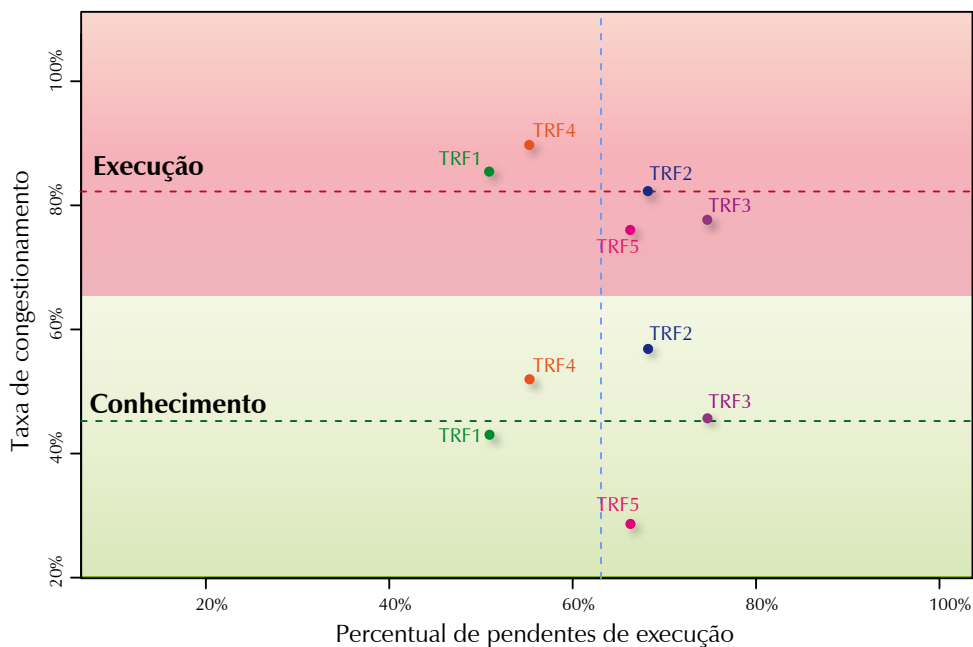
O total de casos pendentes na Justiça Federal é composto, em grande parte, por processos na fase de execução (47,9%), mais especificamente os de título extrajudicial fiscal (39,3%). O quantitativo dos processos em tramitação de execução (casos novos e pendentes) aumentou em 2,9% entre os anos de 2011 e 2012, devido ao crescimento de 6% dos casos pendentes de execução fiscal no período, conforme observado no gráfico abaixo, em que se verifica claramente o aumento desses processos desde o ano de 2009. Já os casos pendentes dos demais processos de execução apresentam pouca variação neste período. Com relação aos casos novos de execução fiscal, observa-se crescimento de 56,7% entre os anos de 2009 e 2011 e posterior redução de 15,9% em 2012, enquanto as demais execuções apresentam redução desde 2009.

Série histórica dos casos novos e casos pendentes de execução



A análise mais acurada da taxa de congestionamento e a composição do estoque de cada tribunal permite ampliar a lente do problema da execução. No gráfico a seguir, é possível compreender quanto dos processos pendentes nos tribunais em 2012 são de execução e qual a taxa de congestionamento atingida nas fases de conhecimento e execução.

Percentual de pendentes de Execução X Taxa de congestionamento



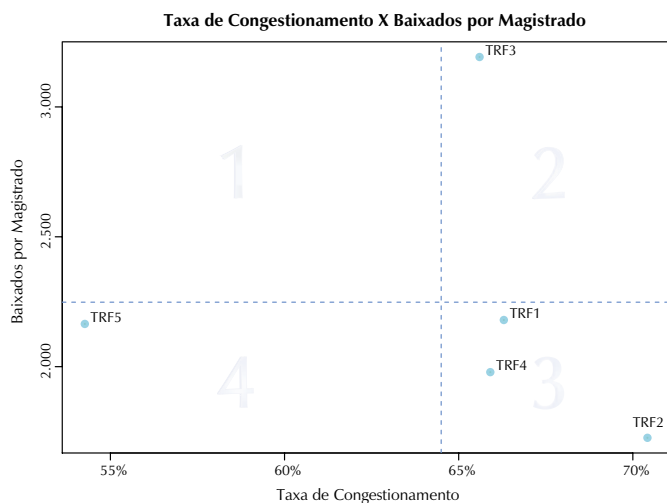
O gráfico acima demonstra a disparidade entre as taxas de congestionamento de conhecimento e de execução entre os TRFs, destacando-se o TRF5 que, apesar de apresentar mais de 60% de seus casos pendentes na fase de execução, possui a menor taxa de congestionamento tanto na fase de conhecimento quanto na de execução.

Era de se esperar que os tribunais com maior quantidade de processos de execução pendentes obtivessem as maiores taxas de congestionamento nessa fase, ou seja, uma tendência linear crescente. No entanto, além do fato de serem apenas cinco tribunais para afirmar tal tendência, observou-se o contrário: o TRF1 e o TRF4 apresentaram os menores percentuais de processos pendentes de execução junto com as maiores taxas de congestionamento na fase de execução, com respectivamente 87,7% e 91,1%.

Já na fase de conhecimento, foram observadas grandes discrepâncias entre tribunais que se encontram com percentuais parecidos de processos de execução, como é o caso do TRF2 e do TRF5, que apresentaram taxas de, respectivamente, 43% e 52%.

5.4 Análise da Produtividade Comparada da Justiça

Nesta seção, serão analisados os mesmos indicadores utilizados no modelo de eficiência relativa da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho. No entanto, o IPC-Jus, com a modelagem Análise Envoltória de Dados (DEA) não pode ser aplicado à Justiça Federal, tendo em vista que, no Relatório Justiça em Números, os dados estão consolidados por tribunal federal e não por seção judiciária, resultando, dessa forma, em apenas cinco unidades de produção. Para o modelo DEA, o pequeno número de unidades inviabiliza a análise estatística consistente, especialmente porque se trata de uma técnica multivariada. A mesma análise produzida para a Justiça Estadual e a Justiça do Trabalho somente poderia ser replicada para a Justiça Federal caso os dados estivessem disponíveis por seção judiciária (Unidades da Federação). Não obstante, a seguir serão apresentados gráficos que pretendem demonstrar a relação entre indicadores, a fim de subsidiar a análise da produtividade comparada entre os tribunais federais.

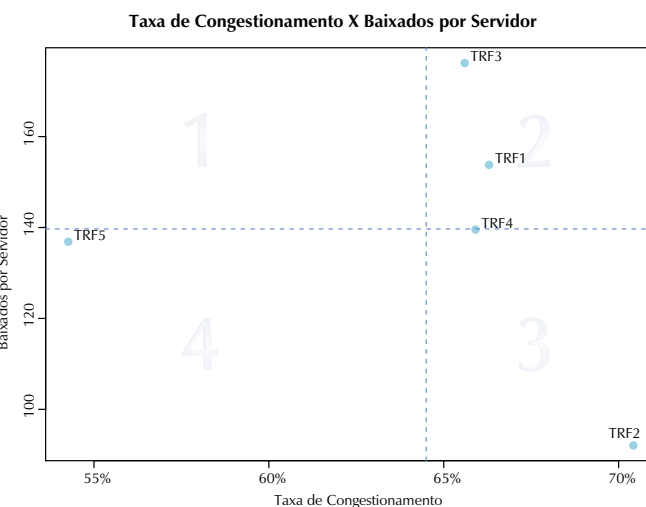


(54,3%), mesmo com a produtividade de 2.165 processos baixados por magistrado, valor próximo à média da Justiça Federal (2.272 processos baixados por magistrado).

Entre esses dois primeiros gráficos, é possível perceber apenas o deslocamento vertical dos tribunais, tendo em vista que o eixo x permanece com a taxa de congestionamento, isto é, há deslocamento dos tribunais somente entre os quadrantes inferiores e superiores e nunca entre os quadrantes da direita e da esquerda. Desse modo, pode-se perceber, além da produtividade dos tribunais ante a força de trabalho disponível (mais especificamente o total de servidores), a relação do quantitativo de servidores e de magistrados, quando consideradas as observações sobre o primeiro gráfico.

Observa-se que, apesar da disposição dos TRFs nesses dois gráficos ser bastante parecida, a média de processos

O primeiro gráfico apresenta a relação entre a taxa de congestionamento e a produtividade dos magistrados, isto é, o percentual de processos que deixaram de ser finalizados em um ano versus o total de processos baixados por magistrado. Era de se esperar que os TRFs com maior média de processos baixados por magistrado apresentassem as menores taxas de congestionamento. No entanto observou-se essa lógica de forma inversa no TRF2, uma vez que apresentou a menor média de processos baixados por magistrado (1.726) e a maior taxa de congestionamento (70,4%). Apesar de o TRF3 apresentar a maior produtividade dos magistrados (3.192), sua taxa de congestionamento (65,6%) é bem próxima à do TRF1 e à do TRF4 (66,3% e 65,9%, respectivamente), e também, acima da média dos TRFs. O TRF5 apresenta a menor taxa de congestionamento



baixados por servidor do TRF1 e do TRF4 aumenta em relação aos magistrados, ou seja, esses tribunais possuem proporcionalmente mais magistrados que servidores.

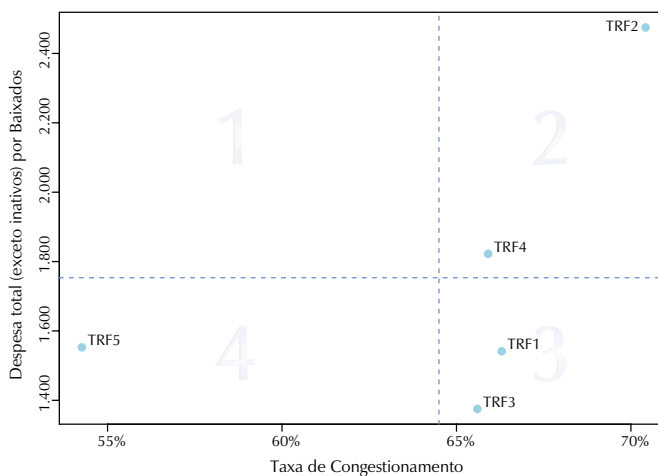
O gráfico ao lado apresenta a ponderação com relação à despesa total utilizada, descontando-se apenas as despesas relativas ao pessoal inativo, tendo-se em vista que essa despesa não possui relação, nem direta nem indireta, com o produto, ou seja, total de processos baixados. Primeiramente, destaca-se a inversão já esperada em relação aos gráficos anteriores, ou seja, enquanto os tribunais mais produtivos estavam nos quadrantes superiores, os tribunais que possuem proporcionalmente os menores gastos constam nos quadrantes inferiores, como o TRF3, seguido pelo TRF 1 e pelo TRF5.

O importante, na exposição dos dados de despesa ponderados pela quantidade de processos baixados, é que se permite realizar análise justa entre os tribunais diferentes, ou seja, permite-se a comparação entre o TRF1, que possui aproximadamente 28% de toda a despesa da Justiça e 30% dos processos baixados, com o TRF5, que possui, respectivamente, 12% e 13%. Apesar de esses dois TRFs apresentarem indicadores semelhantes de despesa em relação ao total de processos baixados (TRF1 – 1.541 e TRF5 – 1.553), verifica-se que o TRF5 possui a menor taxa de congestionamento da Justiça, enquanto o TRF1 segue com a segunda maior taxa, inferior apenas ao TRF2, que também possui proporcionalmente a maior despesa.

Após a análise desses três gráficos, compostos pelos principais insumos endógenos – magistrados, servidores e despesa total (exceto com pessoal inativo) –, destaca-se o TRF3 com menor despesa e maior produtividade de servidores e magistrados, proporcionalmente aos processos baixados. Por outro lado, o TRF2 e o TRF4 permaneceram no quadrante menos favorável em todas as análises produzidas, ou seja, taxa de congestionamento e de despesas acima da média com produtividade abaixo da média, sendo que, no caso do TRF2, o desempenho foi ainda mais agravado, com os indicadores de desempenho ainda mais afastados dos demais tribunais. Por fim, o TRF5 possui taxa de congestionamento com mais de 10 p.p.⁶ inferior aos demais, com uma produtividade próxima à média da Justiça.

Esses, portanto, são os números da Justiça Federal no ano de 2012. No final deste relatório, está disponível o Cartão de Referência da Justiça Federal, espécie de tabela infográfica que permite a visualização de todos os dados utilizados nos infográficos e gráficos deste relatório, divididos de acordo com o porte de cada tribunal.

Taxa de Congestionamento X Despesa total (exceto inativos) por Baixados



⁶ Por se tratar de um índice, a variação da taxa de congestionamento é preferencialmente analisada em termos absolutos, em pontos percentuais.

